

Senhora Presidente da Assembleia da República,

Senhor Primeiro Ministro,

Distintos Membros da Comissão Permanente,

Digníssimos Senhores Deputados, meus Pares,

Senhores Ministros e Vice-Ministros,

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Estamos presentes hoje em mais uma regular sessão de perguntas ao Governo.

Tenho a honra de, aproveitar este momento particular definido pelo nosso Regimento, para conversar com o Governo sobre diversas matérias actuais da saúde política e socioeconómica do País.

Ouvi as informações profundas e detalhadas que responderam as quinze questões colocadas pelas três Bancadas Parlamentares desta Casa.

Não me permito, entrar na apreciação da qualidade das respostas dadas, sem antes abordar um tema da mais pulsante actualidade: as sextas eleições autárquicas que completam um ciclo regular da nossa democracia multipartidária, cujos resultados foram proclamados pelo Conselho Constitucional.

Quero felicitar todos os eleitores que participaram de forma pacífica nas eleições autárquicas de Outubro último, bem como a todas as forças políticas concorrentes no referido pleito eleitoral e recuperando uma velha máxima, dizer: *glória aos vencedores e honra aos vencidos!*

Dos vencedores quero destacar o Povo moçambicano, em particular os munícipes, com destaque aos residentes em todos municípios da Província de Gaza.

Enaltecemos a toda a população, em particular, os eleitores das 65 autarquias que de forma ordeira, democrática participaram de todas as fases do processo fazendo de cada uma delas um momento de aprendizagem, consolidação dos processos e de coesão dos moçambicanos.

Como Chefe da Brigada Central de Apoio e Assistência a Província de Gaza, orgulham-me os invejáveis resultados do meu Partido, a FRELIMO e, daqui envio uma saudação aos eleitores do círculo de Gaza por todo o engajamento e apoio que senti. O nosso Kxanimambo á nossa população de Gaza.

Os eleitos nas recentes eleições autárquicas terão em breve a importante missão de materializar os respectivos manifestos eleitorais nas suas respectivas jurisdições municipais, de conformidade com as suas atribuições legais no âmbito da gradual governação autárquica vigente no nosso país.

As eleições foram mais uma regular festa da democracia nacional, nas 65 autarquias, em que pela primeira vez nenhuma força política concorrente estava armada.

São, aliás, os frutos do exitoso processo de DDR, no âmbito da efectiva implementação do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional entre o Governo e a Renamo assinado em 2019.

Destas eleições há, como sempre, também lições a tirar por todos os participantes deste recente pleito.

Como legisladores temos de melhorar as leis que regulam as eleições para que elas sejam livres, justas e transparentes como desejamos neste Estado de Direito Democrático. Como legisladores temos que prestar atenção e rapidamente trabalharmos os aspectos da lei que têm recorrentemente sido objecto de apreciação crítica do Conselho Constitucional. É tempo desta Augusta Casa analisar todos os acórdãos do Conselho Constitucional sobre a matéria, ouvir o órgão de gestão do processo eleitoral e ter os pareceres de especialistas nacionais sobre o assunto para que possamos empreender uma reforma da lei que reduza ao mínimo todo o potencial eleitoral e acelere o processo de anúncio e sufragação de resultados eleitorais. O processo eleitoral não basta que seja transparente, tem, como a mulher de César, parecer transparente. Só assim garantiremos que seja extinto o

hábito e doença de contestar as eleições, antes, durante e depois do processo eleitoral.

E no cumprimento do nosso regular ciclo eleitoral nacional, todos nós e o Povo Moçambicano em geral, já estamos agora a nos organizar e também a prepararmos devidamente, para mais activamente participarmos nas eleições provinciais, legislativas e presidenciais do próximo dia 9 de Outubro de 2024.

Garantir a boa realização dos pleitos eleitorais de 2024 é um compromisso e juramento que fizemos colectivamente todos nós os Deputados do Povo Moçambicano, com vista a fazer respeitar e cumprir rigorosamente com a Constituição da República e a lei em geral na nossa querida Pátria Amada, a República de Moçambique.

Compatriotas,

Permitam-me, que faça um breve bosquejo sobre os conflitos mais actuais.

A guerra em curso na Ucrânia e na Faixa de Gaza são dois conflitos que têm uma forte influência na nossa vida quotidiana, bem como no desempenho da nossa economia nacional e múltiplas repercursões negativas no mundo global em que vivemos, afectando de forma negativa nomeadamente os valores universais, igualmente contidos na nossa Constituição da República, da liberdade, da autodeterminação e independência dos povos, da democracia e da cooperação mutuamente vantajosa entre Nações e Estados do mundo inteiro.

Estes conflitos e guerras são contra todos nós, particularmente nós os países menos desenvolvidos, nós os países africanos.

Estes conflitos e guerras, pela sua dimensão, agridem brutalmente os nobres valores da paz e da concórdia entre nações e povos, e igualmente o direito humanitário internacional.

Nós, países africanos que sentimos a experiência de guerras e conflitos, privilegiamos o diálogo na busca da solução negociada e consensual dos mesmos.

Como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, temos que continuar a prestar o nosso positivo contributo à busca da paz e segurança mundial, e tal como parte integrante de nossos contínuos esforços nacionais, nomeadamente em prol da paz duradoira, da democracia multipartidária e do desenvolvimento sustentável com benefícios concretos para cada família moçambicana.

É, pois, perante a actual e complexa conjuntura internacional, que encorajamos ao nosso Governo, através da sua pró activa Diplomacia, e particularmente no seio da grande família das Nações Unidas onde também integra o seu Conselho de Segurança na qualidade de membro não permanente, a continuar a promover a solução negociada de conflitos, no respeito da legalidade internacional, com destaque ao direito humanitário, em todas as regiões do mundo, com destaque aos actuais conflitos na Europa e no Médio Oriente.

Estimulamos o nosso Governo a continuar a manter e a desenvolver a cooperação bilateral e multilateral de vantagens recíprocas com os vários actores internacionais, inclusive no que diz respeito a gradual redução da nossa actual dependência externa, em síntese, que continue a prestar o seu positivo

contributo em prol de um mundo de paz, democracia e progresso harmonioso, mas sempre na salvaguarda do interesse nacional consagrado na nossa Constituição da República.

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus senhores,

A inflação global e os demais desafios que se colocam à economia mundial, bem como os impactos negativos nomeadamente das mudanças climáticas, dos conflitos e também do fenómeno universal do terrorismo, são circunstâncias objectivas que o Governo tem de ter em conta no dia a dia da implementação do seu programa quinquenal de governação ainda em curso.

Portanto, cumprir na totalidade os manifestos eleitorais da FRELIMO das últimas eleições

legislativas e presidenciais, implica, portanto, executar uma política governamental de forma madura e responsável, tendo em conta, igualmente, os actuais desafios e prioridades nacionais, bem como a actual conjuntura internacional em que vivemos e somos bem parte dela.

Teremos de continuar a fazer um maior esforço em matéria de racionalizar o controlo de despesa pública privilegiando as áreas da Defesa Nacional e Segurança Públicas, e os domínios, igualmente prioritários da saúde, educação, agricultura e infraestruturas diversas.

Por isso, a todos nós se exige um alto sentido de responsabilidade sobre as diversas matérias de governação nacional, e particularmente a nós Deputados, na Assembleia da República, e tal no que diz respeito ao nosso primário papel legislativo e também de fiscalização da acção governativa nacional.

Ao Governo, continuaremos a exigir que cumpra diligentemente e em tempo útil o seu programa de governação, com destaque nos vários domínios que tocam com a vida quotidiana dos nossos Compatriotas, em todo o território nacional.

E nesta sublime e nobre missão de legítimos servidores do Povo Moçambicano, estamos todos comprometidos, nomeadamente, em fazer preservar e edificar a Paz, a Unidade e Reconciliação Nacional, a Democracia Multipartidária e o Desenvolvimento Sustentável na nossa querida Pérola do Índico, a Republica de Moçambique.

Excelências,

Caros Compatriotas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Não obstante a mais uma excelente prestação que o Executivo teve nesta *Augusta Casa da Democracia* nas respostas as perguntas apresentadas pelas várias bancadas parlamentares, importa, no entanto, ter em conta que há ainda desafios e realizações a concretizar no âmbito da implementação do programa quinquenal do Governo ainda em curso, e que no nosso entender, devem continuar a merecer um maior cometimento governamental para a sua efectiva e atempada concretização com a devida qualidade e resiliência.

Como dizia, deve-se dar destaque aos domínios da saúde, educação e a infraestruturas diversas, como por exemplo no abastecimento de água e electricidade, e também na reabilitação de várias estradas nacionais.

Relativamente à educação é fundamental que se continue a providenciar todas as condições materiais

e financeiras aos nossos professores e dotar as escolas públicas de gestores à altura dos desafios da educação.

No que tange a função pública exortamos o Governo a continuar a aprimorar a TSU e a criar condições para garantir a satisfação de todos os funcionários e agentes do Estado.

Um trabalho intenso deve continuar a ser feito no sector dos transportes, em particular nas zonas urbanas, em que os nossos concidadãos passam muitas dificuldades.

É nossa opinião que a questão dos transportes não se resolve apenas colocando mais autocarros, mas deve ser acompanhada de uma urbanização que permita o surgimento de novas centralidades em que os serviços públicos são descentralizados e deslocalizados para

esses lugares gerando mobilidade nos diferentes sentidos.

Vale notar, que relativamente ao transporte, a forma como é oferecido, mexe com a dignidade da pessoa do cidadão. É urgente que providenciemos um transporte seguro, cómodo garantindo assim um direito social fundamental que é ter transporte digno.

Concordando com o Presidente **FILIPE JACINTO NYUSI**, o desenvolvimento sustentável está assente em recursos renováveis. O turismo na nossa pérola que tende em afirmar-se na nossa economia merece continuar com uma intervenção acutilante, ousada, urgente e pragmática. Precisamos de industrializar e profissionalizar o turismo. A indústria do turismo é extremamente diversificada, mas desempenha um papel essencial na prosperidade económica de muitos países. Ela apresenta os mais elevados índices de

crescimento no contexto económico mundial. Só para termos um exemplo, em 2023 a actividade turística deve movimentar US\$ 9,5 trilhões na economia mundial, o que representa 9,2% do PIB mundial e vai criar 24 milhões de emprego 24 milhões de empregos no mundo.

A costa que temos é imensa e os lugares que temos são únicos. Permitam-me, por isso, desafiar os Ministérios da Cultura e Turismo, da Indústria e Comércio através do INATUR e do APIEX ousarem lançar as bases para alavancar uma indústria do turismo em Moçambique. Façam, ainda é tempo, uma parceria para conceber uma zona económica especial integrada de turismo de Inhambane, integrando os distritos de Vilankulo, Inhassoro, Massinga, Govuro e Mabote. Uma Zona Económica Especial integrada de turismo(ZEEIT) integrando estes distritos

transformaria sem dúvida aqueles lugares melhorando a vida das populações criando emprego. Esta proposta de ZEEIT não tenho dúvidas que seria um sucesso. Há capacidade interna para pensar concretizar. Este é também um desafio para o Governo Provincial de Inhambane que pela dinâmica que nos habituou vai com certeza surpreender-nos com acções para a materializar. Entre vários, este seria o legado do Presidente **FILIPE JACINTO NYUSI**.

Neste âmbito, gostaria de encorajar ao Governo a continuar a dar atenção particular às nossas Forças de Defesa e Segurança, nomeadamente para um cada vez mais efectivo combate ao terrorismo, à criminalidade diversa, bem como para a preservação da estabilidade e segurança do Estado.

Senhora Presidente da Assembleia da República,

Excelência,

Senhor Primeiro Ministro,

Senhores Deputados,

Senhores Ministros e Vice-Ministros,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É de justiça que saúdo também na presente ocasião Sua Excelência o Presidente da República **FILIPE JACINTO NYUSI**, o Líder da Nação Moçambicana e também Chefe de Governo, pelo seu firme engajamento e comprometimento, através do diálogo e do consenso, com o roteiro para a Paz efectiva e a Reconciliação Nacional dos moçambicanos do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico, bem como pelo seu empenho e dedicação quotidianos em prol do desenvolvimento sustentável de Moçambique.

Igualmente o cometimento pessoal do nosso estimado Presidente da República por exemplo com a Paz e as mudanças climáticas, têm merecido distinto reconhecimento africano e internacional, algo que nos honra e é também testemunhado pela presença de Moçambique, pela primeira vez na sua história como país independente, de ser membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, eleito unanimemente por todos os membros dessa importante organização universal.

**PARABÉNS E BEM HAJA PRESIDENTE
FILIPE JACINTO NYUSI!**

AVANTE NÃO HÁ RECUA.

Excelências,

Permitam-me que saúde calorosamente os Moçambicanos do Rovuma ao Maputo, e também na

diáspora, homens e mulheres, e em especial a nossa juventude, pelo seu firme cometimento pela Unidade Nacional, pela Paz e pelo Progresso irreversível do nosso querido Moçambique e pela comemoração dos 46 anos da OJM, esta organização de que todos nós devemos orgulhar por ser ela a seiva desta Nação.

A população do Niassa, meu círculo eleitoral, auguro mais sucessos e que se mantenha bem engajado, com o seu labor criativo, no contínuo desenvolvimento e prosperidade da Província, em particular, e de Moçambique no geral.

Termino convidando os meus Pares a apreciarmos positivamente as respostas do Governo as várias perguntas feitas pelas diferentes bancadas parlamentares nesta Casa da Democracia.

Pela atenção dispensada, muito obrigado.